

# CAPACITAÇÃO EM MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

## Modalidade EaD

**Público-alvo:** Profissionais de todas áreas do conhecimento, Registradores e Tabeliães de Serventias Notariais e de Registro, Advogados, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, Profissionais da área da Saúde, Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores, Gestores, Prepostos, Servidores Públicos e demais interessados pelo tema.

*O Instituto Nacional de Direito e Cultura - INDIC é reconhecido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG para ministrar capacitações em Mediação e Conciliação Judiciais. PORTARIA Nº 140/2VP/2021*

Material didático elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Tutoria supervisão realizadas por docentes do Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira – CIJUC / Conciliajud / CNJ.

## ETAPA TEÓRICA

100% a distância

Período de realização: 07/02/2022 a 14/03/2022

Carga horária: 40 horas - prazo de 1 (uma) semana para cada unidade

Investimento: R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) – formas de pagamento: à vista no boleto bancário.

Supervisão Pedagógica: Roberto Portugal Bacellar e Taís Schilling Ferraz

Conteudistas: Alessandra Balestieri, Arthur Napoleão, Guilherme Ribeiro Baldan, Marina Azevedo, Mauro Braga, Roberto Portugal Bacellar, Rodrigo Rodrigues Dias, Rogério Neiva, Taís Schilling Ferraz e Valeria Ferioli Lagrasta.

## ETAPA PRÁTICA – Estágio supervisionado

A distância e/ou presencial

Atendimento de **casos reais** de conciliação e mediação, supervisionados por instrutor

Período de realização: início após a etapa teórica, prazo para conclusão: 06/02/2023

Carga horária: 60 horas

Investimento: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) – formas de pagamento: em até 3 vezes no boleto bancário.

**Pré-requisito para a formação Judicial:** graduação concluída há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (conforme art. 11 da Lei 13.140/2015 – Lei da Mediação).

#### **Docentes tutoras e supervisoras de estágio:**

##### **Terezinha de Oliveira Lima Rocha (também coordenadora pedagógica do curso)**

Psicóloga, especialização em Violência doméstica pela Universidade de São Paulo - USP, titulada mediadora pelo Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil (IMAB), capacitada como instrutora em Mediação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), certificada na Formação de Tutores para a educação on-line pelo TJMG.

Atua como mediadora judicial e extrajudicial de conflitos e instrutora nos cursos de Conciliação e Mediação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

##### **Júnia Penido Monteiro**

Formadora de Instrutores em Conciliação e Mediação Judiciais certificada pela Escola Nacional de Formação e Aprimoramento de Magistrados (ENFAM), instrutora de capacitações em Conciliação e Mediação Judiciais certificada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), certificada na Formação de Tutores para a educação on-line pelo TJMG, servidora do Serviço de Apoio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos / TJMG, conteudista da Capacitação em Conciliação e Mediação Judicial do TJMG.

Possui graduação em Psicologia (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e especializações em Mediação de Conflitos e Arbitragem (Faculdade Unyleya), Gestão de Negócios em Organizações Públicas (Fundação Dom Cabral) e Psicologia do Trabalho (UFMG).

##### **Ana Carolina Ramos Jorge**

Formada em Direito pela UFMG, especialista em Direito Público pela Anamages – Belo Horizonte/MG. Servidora (Analista Judiciário) do Tribunal Regional Federal da Primeira Região desde 1992. Já atuou em funções de assessoria de magistrados, direção de Secretaria e diretoria do Centro Judiciário de Conciliação da Justiça Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais (Belo

Horizonte). Instrutora em Conciliação e Mediação certificada pelo CNJ. Ministra cursos de Formação de Conciliadores na Justiça Federal desde 2012. Atua como Mediadora voluntária no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

### **Objetivo Geral do Curso:**

Ao final da formação, que incluirá a etapa a distância e o estágio supervisionado, o aluno deverá ser capaz de empregar adequadamente os métodos consensuais de solução de conflitos, em especial a mediação e a conciliação no âmbito judicial, com vistas à pacificação social e ao amplo acesso à justiça, objetivos principais da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos, instituída pela Resolução n. 125, do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2010.

### **Conteúdo Programático:**

Unidade de Ambientação: Apresentação do curso. Netiqueta. Ambientação ao ambiente de interação na plataforma Moodle.

#### Unidade 1

Acesso à Justiça: A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e a Ética do Mediador e do Conciliador

Conteúdo: Cultura da Sentença e Cultura da Pacificação: mudança de paradigma.

Evolução histórica dos métodos consensuais de tratamento de conflitos no Brasil –

normatização legal e administrativa. O papel dos Juizados Especiais. Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e seus objetivos. Ética do

Conciliador e do Mediador no âmbito judicial.

#### Unidade 2

Teoria do Conflito, Formas e Métodos de Tratamento dos Conflitos

Conteúdo: Teoria do Conflito. Formas de solução de conflitos. Principais escolas de

Mediação

#### Unidade 3

As competências comunicacionais do Mediador e do conciliador

Conteúdo: Teoria da Comunicação. Noções de Comunicação não violenta – CNV.

Comunicação Assertiva. Escuta ativa. Rapport e declaração de abertura. Técnicas

para uma boa comunicação.

#### Unidade 4

##### Etapas da mediação e Técnicas Associadas

Conteúdo: O procedimento da mediação. Pré-mediação. Etapas da mediação. Técnicas de Mediação.

#### Unidade 5

##### Estruturação e Alcance da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos

Conteúdo: Estrutura da Política Judiciária Nacional de Tratamento adequado de conflitos. Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e cidadania. Requisitos de formação de conciliadores e mediadores. Áreas de utilização da conciliação e da mediação. Outros espaços para alcance da pacificação social.

Estágio supervisionado: atendimento de **casos reais** de conciliação e mediação sob supervisão das instrutoras.

**Inscrições e informações adicionais: [cursosindicead@gmail.com](mailto:cursosindicead@gmail.com)**